

Maquiavel: os segredos do mundo da política¹

Maria Tereza Aina Sadek

Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); mestre em Ciência Política pela mesma instituição; doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP). Fez pós-doutorado na Universidade da Califórnia e na Universidade de Londres. É professora de pós-graduação na USP, diretora de pesquisas do Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Judiciais (CEBEPEJ) e professora em Escolas da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Possui livros e artigos sobre teoria política, poder judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, sistema de justiça e acesso à justiça.

Endereço postal: Rua Maranhão, 251, apto. 21. CEP: 01240-001, São Paulo–SP.

Endereço eletrônico: tesadek@usp.br

Ler, reler, voltar a ler as obras políticas de Maquiavel, especialmente *O Príncipe*, é um desafio. Um desafio porque o caminho é tortuoso, repleto de armadilhas. Escapar de ciladas é recompensador: equivale à possibilidade de ingressar no mundo da política. Não o mundo do dever ser; não o mundo de verdades absolutas; não um mundo de perfeições e boas intenções; mas um universo repleto de incertezas.

Com efeito, não é tarefa tranquila defrontar-se com conflitos, crises, violência, interesses, instabilidade. Tampouco é banal

¹ Retomo aqui muitas das ideias desenvolvidas em meu livro *Maquiavel: a Política como ela é*. São Paulo: FTD, 1996.

assumir que o poder sempre esteve, está e estará em toda parte. Mais grave ainda é admitir que o poder seja multifacetado; ao mesmo tempo, visível e invisível, destruidor e também fiador da convivência entre os homens. Enfim, é-se levado a aceitar que o poder é um fato absolutamente necessário, irrevogável, sendo, pois, aniquilados sonhos de suprimi-lo, ou a possibilidade de uma sociedade absolutamente harmoniosa, sem poder.

Revelar o que está oculto; discorrer sobre o que não se ousa enunciar; desvendar artimanhas; questionar supostos vistos como verdadeiros; desmistificar preceitos; interpelar valores tradicionais; antepor-se a argumentos de autoridade – eis os propósitos, nem sempre explícitos, de Maquiavel.

Esse conjunto de traços impõe a referência a Maquiavel para muito além de seu tempo. Suas reflexões não exprimem apenas a realidade do século XVI; ao contrário, são ensinamentos que embasam a análise política. Maquiavel torna-se imprescindível, indutor do realismo na análise da realidade política, na consideração da política tal como ela é.

Este artigo propõe apresentar uma contribuição para a leitura de Maquiavel – analista político –, destacando seus supostos, como escapar de algumas das muitas encruzilhadas e salientar variáveis cruciais da realidade e da análise política. Antes, porém, uma rápida nota sobre a vida de Maquiavel, para contextualizar seus achados, ainda que as lições maquiavelianas ultrapassem barreiras geográficas e de tempo.

MAQUIAVEL: NOTA BIOGRÁFICA

Nicolau Maquiavel nasceu em Florença, na segunda metade do século XV (1469). A península itálica encontrava-se, então, inteiramente fragmentada, marcada por conflitos, instabilidade política, e extremamente vulnerável às invasões de estrangeiros. Apesar da agitação política, a vida cultural e a atividade econômica eram bastante expressivas. O florescimento das artes e das letras, ao lado do desenvolvimento do comércio, dos bancos e das indústrias, propiciava um esplendor inigualável à região. Um número notável de artistas e literatos compunha esse cenário. Dentre eles, bastaria citar Leonardo da Vinci, Botticelli, Rafael, Michelangelo.

Maquiavel recebeu uma educação clássica; com apenas doze anos, já redigia no melhor estilo clássico e dominava a arte da retórica greco-romana. Cresceu durante o poderio dos Médici, tendo assistido à expulsão dessa família devido à invasão francesa e à proclamação da República sob a liderança de Savonarola – esse monge permaneceu no poder por quatro anos, até ser deposto e queimado vivo.

Com a queda de Savonarola, Maquiavel, com 29 anos, conseguiu um cargo no governo, como Secretário da Segunda Chancelaria. Em tal posição, foi encarregado de missões diplomáticas na península e fora dela. Nessa oportunidade, teve contato com importantes lideranças europeias e locais – aproximou-se de César Bórgia, duque de Valentino, filho do Papa Alexandre VI.

Essa fase de intensa atividade, contudo, não foi duradoura. Devido a uma nova mudança política, Maquiavel foi afastado do governo, preso, torturado e, por fim, exilado. Proibido de abandonar o território florentino e de ter acesso a qualquer prédio público, passou a viver na área rural. Em 1513, foi considerado suspeito e acusado de ter participado de fracassada conspiração contra o governo dos Médici. Além de obrigado a pagar uma pesada multa, foi novamente torturado – desta vez, também condenado à prisão. Naquele momento, os Médici viviam sua melhor fase: um deles se tornou chefe da Igreja católica, sob o nome de Papa Leão X.

Graças à intervenção de seu amigo Francesco Vettori, embaixador em Roma e ligado aos Médici, Maquiavel conseguiu a libertação, mas não o retorno à vida pública. Exilado em sua própria terra e impedido de exercer sua profissão, passou a viver na propriedade que havia herdado de seu pai e seus avós, em San Casciano. Foi nesse período que produziu a maior parte de suas obras.

Nunca desistiu, entretanto, de voltar às funções públicas. Chegou, inclusive, a acreditar que o seu *O Príncipe* poderia abrir as portas para tal seu retorno. Seus esforços, porém, não foram bem-sucedidos; só em 1520 conseguiu um emprego, não em funções políticas, como tanto almejava, mas como historiador. Foi, então, encarregado pela Universidade de Florença, presidida pelo cardeal Júlio de Médici, de redigir anais e crônicas sobre a cidade. Sua obra *Histórias florentinas* resultou dessa tarefa.

A vida política de Florença sofreu nova mudança com a morte de Lourenço II. A queda dos Médici e a restauração da República propiciaram condições para Maquiavel retornar à atividade pública. Suas funções, contudo, se restringiram a missões diplomáticas de menor importância, muito distintas daquelas que exercera antes da prisão. Não permaneceu, entretanto, no posto por muito tempo. Os republicanos julgaram que, porque havia trabalhado como historiador para os Médici, teria ligações com os governantes depostos.

Afastado, uma vez mais, da vida pública, dedicou-se exclusivamente às atividades de escritor. Frustrado, faleceu aos 58 anos, em 22 de junho de 1527.

NOVOS SUPOSTOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Na construção de sua interpretação, Maquiavel rejeita a tradição idealista de Platão, Aristóteles e São Tomás de Aquino. Distancia-se igualmente de seus contemporâneos, elegendo a realidade concreta como seu ponto tanto de partida quanto de chegada. Busca os fundamentos de suas análises em historiadores antigos, como Tácito, Políbio, Tucídides e Tito Lívio.

A verdade efetiva das coisas – *verità effettuale* – constitui o princípio máximo para a análise da realidade. Nesse sentido, há uma substituição radical dos preceitos que orientavam a filosofia anteriormente. O domínio do *dever ser* é subjugado pelo império do *ser*. Maquiavel sustenta existir uma radical diferença entre a aparência e a essência, entre aquilo que os homens, especialmente os governantes, dizem e o que de fato fazem. Essa oposição também se reflete no contraste entre o ideal e o real; entre a imaginação e a realidade; entre a ideologia e o mundo das relações concretas.

As profundas mudanças tanto nos diagnósticos quanto nas terapias referentes ao universo das relações políticas constituem as consequências mais significativas dessas orientações. Há claramente um questionamento das explicações convencionais, sejam elas de autoria dos considerados “sábios” ou provenientes do senso comum. Assim, Maquiavel estabelece como princípio para uma análise realista a desconfiança de respostas fáceis ou de dogmas. Em decorrência, argumenta, torna-se imperioso buscar a essência dos fatos, ainda que essa busca provoque a ira ou a indignação por parte dos poderosos ou do saber dominante.

Maquiavel tem consciência da revolução decorrente de suas opções. De fato, “enveredando por um caminho ainda não trilhado”¹, suas ideias provocam uma reinterpretação do poder, das relações entre dominados e dominantes, da constituição do Estado. Ele observa que as relações de poder resultam de feixes de forças, provenientes de ações concretas dos homens em sociedade, salientando que nem todas as suas facetas têm origem na racionalidade e são reconhecíveis de imediato.

A crença de que nada é natural e de que nada é permanente compõe os pilares da análise. Esses fundamentos sustentam a questão central de sua proposta: descobrir como poderia ser resolvido o ciclo inevitável de estabilidade e de caos.

Nesse sentido, a ordem se transforma em uma possibilidade – não é natural, nem eterna, nem fruto do acaso e menos ainda a materialização de

1 Cf. *Discorsi* ou *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*.

uma vontade extraterrena ou divina. A ordem resulta da atividade política, de ações deliberadas, é uma construção humana.

A política passa, pois, a ser uma atividade de primeira grandeza. A vida em sociedade, o convívio entre os homens, depende da atividade política. O homem, devido às suas possibilidades de agir e de optar entre alternativas, transforma-se em sujeito da história. Deixa de ser uma marionete que se movimenta de acordo com vontades estranhas a ele, reagindo a imposições que não consegue controlar. Esse sujeito não é, contudo, um senhor absoluto, dotado de uma vontade que tudo pode. A realidade impõe limites. A política encontra restrições determinadas pela realidade. Assim, Maquiavel rejeita simultaneamente tanto a visão baseada na predestinação quanto o voluntarismo.

NATUREZA HUMANA E HISTÓRIA

Guiado pela busca da “*verdade efetiva*”, Maquiavel faz uma leitura inovadora da história. A partir da análise das diferentes formas de manifestação do poder, conclui que são permanentes alguns fatores associados à história e à natureza humana.

Seu diálogo com os textos da Antiguidade Clássica e sua experiência como homem público levam-no a sustentar que, por toda parte, e em todos os tempos, os homens apresentam os mesmos traços, a despeito de se tratar de diferentes sociedades ou de distintas épocas.

Com efeito, afirma ele, em *O Príncipe*, capítulo XVII: “Dos homens, em realidade, pode-se dizer genericamente que eles são ingratos, volúveis, fementidos e dissimulados, fugidios quando há perigo, e cobiçosos” (MAQUIAVEL, 2012, p. 81). Na mesma direção, escreve nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, livro I, capítulo III:

Como demonstram todos os que escreveram sobre política, bem como numerosos exemplos históricos, é necessário que quem estabelece a forma de um Estado, e promulga suas leis, parta do princípio de que todos os homens são maus, estando dispostos a agir com perversidade sempre que haja ocasião (*Idem*, 1994, p. 29).

Os atributos associados à natureza humana provocam conflitos e instabilidade. Desse ângulo, o que existe de natural é a desordem, já que o desentendimento entre os homens resulta de sua própria natureza.

Por outro lado, a constância dessas qualidades negativas transforma a história em preciosa fonte de ensinamentos. Em consequência, o estudo do passado não é entendido como mero exercício de erudição, mas visto como um recurso valioso à compreensão de causas e à análise de soluções para enfrentar a instabilidade. Maquiavel extrai do exame do suceder de fatos os fundamentos de sua visão da história: um movimento no qual haveria uma repetição cíclica dos acontecimentos, com a alternância de situações de ordem e de situações de desordem.

As repetições cíclicas provêm do fato de não haver meios absolutos ou definitivos para “domesticar” a natureza humana. Situações de ordem ou de estabilidade são sucedidas por situações de desordem ou de instabilidade. As variações estão inteiramente contidas nas possibilidades de acerto decorrentes da atividade política. Em outras palavras, um tempo mais longo de estabilidade depende de escolhas políticas adequadas; escolhas erradas geram instabilidade. Nesse sentido, a análise da história contribui para a construção de diagnósticos e de soluções.

Maquiavel escreveu nos *Discursos*, livro I, capítulo XXXIX:

Quem estudar a história contemporânea e da antiguidade verá que os mesmos desejos e as mesmas paixões reinaram e reinam ainda em todos os governos, em todos os povos. Por isto é fácil, para quem estuda com profundidade os acontecimentos pretéritos, prever o que o futuro reserva a cada Estado, propondo os remédios já utilizados pelos antigos ou, caso isto não seja possível, imaginando novos remédios, baseados na semelhança dos acontecimentos (1994, p. 129).

PODER POLÍTICO

O poder político tem, pois, para Maquiavel, uma origem mundana; nasce das próprias características da natureza humana. Em sua concepção, a atividade política se reveste de uma qualidade de primeira grandeza: trata-se da possibilidade de enfrentar o conflito, de estabelecer a ordem, de garantir estabilidade.

Para Maquiavel, o poder político não é artificial, mas uma característica básica, uma virtualidade presente em todo e qualquer agrupamento humano. Ignorar a onipresença do poder redundaria em engano, em uma ilusão perigosa, uma vez que impede o conhecimento da realidade e, em consequência, a possibilidade de se buscar soluções para enfrentar a desordem resultante dos traços definidores da natureza humana.

Aos traços negativos presentes em todos os homens e em todos os lugares, Maquiavel acrescenta um importante fator responsável pela instabilidade: a presença, inevitável, em todas as sociedades, de duas forças opostas: os grandes e o povo. Afirma, em *O Príncipe*, capítulo IX: “(...) em qualquer cidade se encontram estas duas disposições contrárias, as quais decorrem de que o povo não deseja ser comandado nem oprimido pelos grandes e de que estes desejam exatamente o inverso” (2012, p. 47). A mesma oposição entre as duas forças está nos *Discursos*, no capítulo IV: “(...) há em todos os governos duas fontes de oposição: os interesses do povo e os da classe aristocrática” (1994, p. 31).

Essa divisão é de natureza social. O confronto entre os dois grupos não encontra solução na força, já que um deles quer dominar e o outro não quer ser dominado. Se todos quisessem o domínio, o mais forte venceria e se imporia. Porém, Maquiavel sublinha que a maioria não quer ser dominada. Esse choque tem alto potencial para provocar a instabilidade. Daí a necessidade imperiosa da política, para que se encontre uma alternativa com capacidade de lidar com a correlação de forças presente em um determinado momento, em uma dada sociedade.

Ademais, infere-se da existência dos dois grupos que a sociedade não é homogênea; os homens não são todos iguais, ainda que todos sejam marcados pelas mesmas características impressas pela natureza humana. As divisões marcam todas as sociedades. A origem das diferenças pode ser diversa: religiosa, social, econômica, militar etc. A despeito da base que dá origem à diferença entre os dois grupos, dela decorrem a cisão política e, conseqüentemente, a instabilidade.

O problema político, por excelência, será, pois, encontrar mecanismos que imponham a estabilidade das relações sociais e sustentem a correlação de forças.

Maquiavel extrai de suas concepções a respeito da natureza humana, da história, do confronto entre os que querem dominar e os que não querem ser dominados os parâmetros que indicarão as alternativas vividas pelas sociedades: a anarquia ou a desordem; o Principado; e a República. A anarquia resulta da total ausência de soluções; significa deixar a natureza humana e o conflito se manifestarem livremente, sem nenhum tipo de lei ou de instituição com capacidade de estabelecer regras de convivência e de cercear abusos. Quanto à escolha entre Principado e República, não se trata de mero ato de vontade ou de considerações de natureza abstrata, mas da opção pela alternativa condizente com a situação concreta. Não cabe, pois, a discussão sobre o Estado ideal.

Um Principado, afirma Maquiavel, é necessário quando a nação se encontra ameaçada de deterioração, quando a corrupção se alastra, quando a instabilidade impede o convívio social. Nessa situação, é indispensável um governo forte, que crie e utilize seus recursos de poder para inibir a livre manifestação das forças desagregadoras e centrífugas. Já a opção pela República só se torna possível quando reina a estabilidade no jogo de forças que compõem a sociedade.

O Príncipe, na concepção do pensador florentino, não é um ditador. Como dirigente máximo de um principado, é, mais propriamente, um fundador do Estado, um agente de transição, essencial em uma fase em que a nação se encontra ameaçada de decomposição. Por essa razão, quando a sociedade já encontrou formas de equilíbrio, a estabilidade permitiu a construção de instituições, a República se transforma em uma opção. Nesse regime – que, por vezes, Maquiavel chama de liberdade –, o povo é virtuoso, as instituições são estáveis e contemplam a dinâmica das relações sociais.

A República se caracteriza por possuir um grau significativo de institucionalização das relações sociais. A institucionalização não implica a inibição ou o abafamento dos conflitos, mas a sua manifestação por meio de canais apropriados.

Maquiavel, diferentemente de seus contemporâneos, percebe os conflitos como fonte de vigor, sinal de uma cidadania ativa – portanto, são até mesmo desejáveis. Escreveu no capítulo IV dos *Discursos*:

Os que criticam as contínuas dissensões entre os aristocratas e o povo parecem desaproveitar justamente as causas que asseguraram (...) a liberdade de Roma, prestando mais atenção aos gritos e rumores provocados por tais dissensões do que aos seus efeitos salutares (1994, p. 31).

A FORÇA E A LEI

A “*verdade efetiva*” indica que o poder funda-se basicamente na força. Essa é a sua essência. Na aparência, o poder pode se manifestar com roupagens douradas, episcopais, cavalheirescas, com ou sem espada. Com essa asserção, Maquiavel se contrapõe frontalmente ao saber dominante, segundo o qual haveria uma história regulada pela providência ou, ainda, um suceder impulsionado pelo acaso. Ao considerar a força como elemento integrante de todo e qualquer domínio político, contesta a crença de governantes ungidos ao poder por direito divino.

Outra importante consequência da consideração da força como variável integrante da vida política é a admissão de que nenhuma ordem existente é intocável e permanente – sempre poderá ser ameaçada por um poder rival.

Nessa situação, a contingência se transforma em ponto central de toda a análise e de todo o agir político. Isto é, as ideias sobre a incerteza e sobre as possibilidades passam a integrar a argumentação e a atividade políticas. Em decorrência, o problema político por excelência é resumido nesta questão: como conquistar e como manter o poder? Essa indagação está envolta pela contingência. A incerteza se manifesta tanto na conquista, na aquisição do poder, como nos esforços que se fazem imprescindíveis para tornar o poder duradouro.

A força está na origem da conquista do poder ou da fundação do Estado, diz Maquiavel. Tal afirmação afronta a crença dominante, fundada na distinção entre poder legítimo e poder ilegítimo. Para o pensador florentino, todos os domínios que existiram e que existem foram fundados por meio do uso da violência. Dessa forma, a distinção entre Principados novos ou recém-conquistados e Principados hereditários ou mais antigos não está na origem. Em todos eles, em seu nascimento, a força esteve presente. O que separa os principados novos dos antigos não é, pois, como se dizia, a legitimidade; mas, sim, a permanência no tempo. Um principado hereditário, no passado, foi um principado novo. Em decorrência, é questionada a qualificação tradicional imputada aos usurpadores, de governantes ilegítimos.

A consideração da força não deve ser entendida como se Maquiavel estivesse fazendo uma apologia da violência. Ao desmitificar a origem dos domínios, ele traz para o centro do debate a situação real. O emprego da violência será sempre determinado pelas condições objetivas, daí a necessidade de se levar em conta se o fundador do Estado tem o apoio dos “grandes” ou do povo; se se trata de um domínio acostumado a viver em liberdade ou de um Estado que vive sob o domínio de um tirano; se era governado por um príncipe do qual todos os demais eram servidores ou por um príncipe que dividia o poder com barões; se seus habitantes falam a mesma língua e têm os mesmos costumes ou não.

A manutenção do poder, segundo Maquiavel, é um problema mais complexo do que a conquista; a dificuldade é permanente, muitas variáveis devem ser levadas em consideração. É prioritária a construção de instituições, que regulem os comportamentos e providenciem mecanismos para estabilizar a correlação de forças.

A construção de uma nova ordem não é, portanto, um mero ato de vontade; está sujeita às condições reais. Por outro lado, nenhum governo

se mantém exclusivamente pelas qualidades de seu dirigente, por mais excepcional que esse príncipe possa ser. A possibilidade de manutenção do poder se baseia em alicerces: boas leis e boas armas. Afirmo Maquiavel no capítulo XII de *O Príncipe*:

[...] o quão necessário é para um príncipe contar com sólidas bases, bases sem as quais torna-se inevitável a sua ruína. Os mais importantes alicerces de qualquer Estado, seja ele novo, velho ou ainda misto, são as boas leis e os bons exércitos (2012, p. 59).

Com efeito, da combinação entre as leis e as armas dependerão a durabilidade e a grandeza de uma determinada ordem social. Boas leis e armas adequadas têm a possibilidade de inibir a livre manifestação dos traços negativos característicos da natureza humana, regular os conflitos entre as duas forças sociais, criar e dar vida às instituições. Em outras palavras, o ajuste na medida adequada entre a força e as leis propicia a institucionalização do poder, a permanência de uma determinada ordem político-social. Daí a seguinte asserção: “o governo deve ter vida mesmo depois da morte do príncipe”.

Para Maquiavel, a atribuição de “boas” para qualificar as leis não se faz a partir de preceitos ou valorações abstratas. As leis não são boas ou más em si. “Boas” significam leis adequadas, condizentes com as situações concretas, com os objetivos da ordem política que se deseja construir. As leis têm a faculdade de modelar o homem e a sociedade.

A força é enquadrada pela lei, quando se trata de manter o poder e não apenas de conquistar. Mas, sem a força, dificilmente a lei se impõe. Assim, é absolutamente indispensável o equilíbrio entre ambos os alicerces. Maquiavel, na exposição sobre a força, inclui ponderações sobre os diferentes tipos de exército e sua relação com a situação concreta. Daí sustentar que nos domínios recém-constituídos as boas leis dependerão de boas armas, enquanto nos antigos a relação se inverte.

A VIRTÙ E A FORTUNA

Uma decorrência dos supostos desenvolvidos por Maquiavel é sua primorosa e sarcástica crítica à concepção dominante sobre o destino e a predestinação. O analista florentino retoma os ensinamentos dos antigos que investiam no destino com os traços de uma deusa generosa, aliada potencial dos homens que apresentassem qualidades. Como uma deusa feminina, para seduzi-la, um homem deveria demonstrar coragem, tornar evidente sua *virtù*.

O cristianismo havia derrotado inteiramente essa crença, substituindo-a pela convicção da existência de um “poder cego”, inabalável, isento de qualquer sedução, e que distribuía seus bens de forma inteiramente indiscriminada.

Maquiavel inicia o penúltimo capítulo de *O Príncipe* com uma referência explícita ao pensamento fatalista comungado por seus contemporâneos. Com ironia, afirma que ele próprio se inclinou a concordar com essa opinião. O desenrolar do argumento, contudo, indica claramente que se tratava de uma concordância estratégica, uma artimanha com o intuito de não afastar seu leitor. Assim, logo após admitir o domínio absoluto da fortuna, exalta as potencialidades positivas do livre-arbítrio, concedendo ao alvedrio humano o domínio de pelo menos a metade das ações. Escreve no capítulo XXV:

E eu a comparo [a fortuna] a um destes rios torrentosos que, em sua fúria, inundam os plainos, assolam as árvores e as construções, arrastam porções do terreno de uma ribeira à outra: todos, então, fogem ao seu irromper, nenhum homem resiste ao seu ímpeto, cada qual incapaz de opor-lhe um único obstáculo. E, em que pese assim serem [esses rios], aos homens não é vedada, em tempos de calmaria, a possibilidade de obrar preventivamente diques e barragens, de sorte que, em advindo uma nova cheia, as suas águas escoem por um canal ou que o seu ímpeto não seja nem tão incontrolável, nem tão avassalador. De um modo análogo intervém a fortuna, a qual manifesta o seu poder onde não há forças (virtù) organizadas que lhe resistam (2012, p. 120-121).

Essa analogia tem por intenção dissuadir ou, pelo menos, levar seu leitor a reexaminar suas crenças. Um rio sem diques é equiparado a um homem sem vontade, uma marionete nas mãos do porvir. O caráter radical da argumentação vai ainda mais longe, Maquiavel termina esse capítulo XXV evidenciando a possibilidade de a *virtù* conquistar a fortuna: “Dito isso, concluo que, sendo a sorte (fortuna) inconstante e os homens obstinados em suas formas de agir, estes serão felizes pelo tempo em que com ela convergirem e desditosos quando dela divergirem.” (2012, p. 123-124).

No cenário construído por Maquiavel, o agir humano tem capacidade de conter ou de amortecer a força do destino. A maior ou menor capacidade dependerá do que caracteriza como *virtù*. A *virtù* não é a virtude cristã, voltada para recompensas extraterrestres, mas qualidades mundanas guiadas por objetivos políticos: o poder, a honra e a glória. O exercício da capacidade da *virtù* incorpora um feixe de qualidades. Essas qualidades não são traços

dados de antemão; ao contrário, são exigências variáveis, determinadas pelas circunstâncias, pela correlação de forças.

Daí Maquiavel asseverar que, muitas vezes, algo com aparência de virtude pode gerar a ruína de um Estado, enquanto algo com aparência de defeito pode conduzir a uma situação de segurança e bem-estar. A escolha das qualidades é perfilada pelo fim político; essa é a “razão de Estado”.

A *virtù* está, pois, delimitada pela distinção entre moral pública e moral privada. Os preceitos que regem a vida privada devem ser considerados pelo dirigente político. Essa consideração, contudo, não se traduz em uma camisa de força para o seu comportamento. Trata-se, ao contrário, de valores que o príncipe deve aparentar possuir, sem que necessariamente os ponha em prática.

MAQUIAVELISMO E MAQUIAVÉLICO

Ao longo dos tempos, a política e os políticos têm sido execrados. Comportamentos sem escrúpulos, pérfidos, astuciosos encontram um qualificativo e um substantivo para identificá-los: maquiavelismo e maquiavélico. Esses termos, entretanto, não são aplicados apenas no universo da vida pública; na linguagem comum, classificam também condutas e situações na vida privada.

De forma resumida, pode-se afirmar que a utilização do termo “maquiavélico” é uma forma, nada sutil, de desqualificar comportamentos e também o inimigo, caracterizando-o como a encarnação do mal.

Certamente, um leitor atento da obra de Maquiavel rejeitaria por completo a utilização dos termos maquiavelismo e maquiavélico, como expressões minimamente atinentes aos argumentos desenvolvidos em *O Príncipe*. Porém, como ensina o próprio Maquiavel, adjetivos e substantivos não são neutros, servem a determinados objetivos. O fato de esses termos estarem descolados da obra não significa que não devam ser considerados, analisados e interpretados.

A despeito das múltiplas leituras que se possam fazer da obra de Maquiavel, não haveria como negar que o autor florentino representa um marco na história das ideias e no saber sobre o Estado e a vida política. Sua análise põe em dúvida muitas das crenças consideradas verdades inquestionáveis. Para começar, há um forte questionamento sobre os impulsos responsáveis pelo desenrolar da história das sociedades. Os caprichos do acaso ou a predeterminação são substituídos pelas possibilidades do agir e do enfrentamento das circunstâncias. Maquiavel introduz em sua análise

características centrais para o saber sobre a vida política: a ideia da incerteza; a noção de alternativas; a separação entre valores da vida pública e valores da vida privada.

Trata-se da proposição de uma nova matriz, de um novo paradigma para orientar a percepção da realidade e, em decorrência, o agir. Nesse sentido, os ensinamentos de Maquiavel se convertem em um norte para a análise do poder e de suas manifestações. A partir deles, analistas adquirem conhecimentos que permitem distinguir o real do ideal, reconhecer a força das circunstâncias e admitir o imponderável.

Hoje, passados tantos anos e, mais importante ainda, com a criação e consolidação de cursos de Ciências Sociais e o desenvolvimento da Ciência Política, poucos discordariam de que Maquiavel é o fundador da análise realista, da autonomia da esfera do político, dos paradigmas que, ao descartar os idealismos, nos impõem a análise da política como ela é. Maquiavel, mais do que inspiração, é uma presença. Uma presença obrigatória, mesmo se não reconhecida como tal. Como expresso na lápide de seu túmulo, “*Tanto nomini nullum por elogium*” (“Nenhum elogio está à altura de tão grande nome”).

BIBLIOGRAFIA

MACHIAVELLI, Niccolò. *O Príncipe*. Tradução de Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994. 3ª edição.

Palavras-chave:

Maquiavel; política; realismo político; virtù e fortuna; correlação de forças.

Resumo

Esse artigo se propõe a apresentar uma contribuição para a leitura de Maquiavel – analista político –, destacando seus supostos, sugerindo caminhos para escapar de algumas das muitas encruzilhadas que estão em seus escritos e salientando variáveis, propostas pelo autor, consideradas cruciais para a interpretação da realidade e para a análise política. Os achados políticos de Maquiavel, especialmente em *O Príncipe* e nos *Discursos sobre a Segunda Década de Tito Lívio*, embora datem do século XVI, ultrapassam barreiras impostas pelo tempo e pela geografia. Importantes paradigmas para uma análise política realista, centrada na separação entre a esfera pública e a privada, nos efeitos da correlação de forças e na distinção entre a aparência e a essência estão contidos nessas obras.

Keywords:

Machiavelli; policy; political realism; virtù and fortune; correlation of forces.

Abstract

This article is a contribution to the reading of Machiavelli as a political analyst. It highlights some of the ideas which are crucial to his interpretation of reality and suggests ways to circumvent some of the multiple crossroads contained in the author's writings. Machiavelli's political findings, especially in *The Prince* and the *Discorsi*, although written in the XVI century, have a reach that goes well beyond the barriers of time and geography. His political analysis, centered on the difference between private and public spaces and appearance and essence, are important paradigms for a realist approach of politics.

Recebido para publicação em setembro/2014. Aceito em outubro/2014.